



ICPREV  
INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

5

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2024**

5 Em treze de novembro de 2024, às 8h30, na sala de reuniões do Instituto de  
Previdência dos Servidores Públicos do Município de Canoinhas (ICPREV), os  
membros do Conselho de Administração reuniram-se para a quarta reunião ordinária  
do CAICPREV. Estiveram presentes: Ricardo Souza de Oliveira, Diretor Executivo  
do ICPREV; Marina Nishimori Olescowicz, representante do Poder Executivo; Daniel  
Carvalho, representante do Poder Legislativo; Diego Rafael Alves, suplente do  
representante do Poder Legislativo; Solange Stelzner, representante dos segurados  
ativos; Danielle Ludka, representante dos segurados ativos; Marili de Fátima Pereira  
Ecker, representante dos segurados ativos; Marilei Kurceszki Kumineck,  
representante suplente dos segurados ativos; Marilise Vieira de Lima Krauss,  
representante dos segurados inativos; e Louise Cristina de Souza, representante do  
Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. A reunião foi aberta pela Presidente  
Solange Stelzner, que cumprimentou os presentes e destacou a importância do  
aprendizado contínuo e da colaboração entre os membros do Conselho. Ela  
reconheceu as dificuldades enfrentadas, especialmente devido à sobreposição de  
compromissos de diferentes conselhos. A presidente também mencionou a recente  
nomeação de suplentes, regularizações administrativas e a inclusão de novos  
membros no grupo de WhatsApp, conforme as alterações realizadas no Decreto nº  
20 426/2024. Além disso, comunicou a atualização dos membros no grupo de  
comunicação oficial do conselho, com a inclusão de novos participantes e a  
exclusão de integrantes que não fazem mais parte. Foi anunciada a nomeação do  
Diretor Executivo e a indicação de Rosenilda Aparecida Bronholo Pauluk como  
suplente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais. Em seguida, a  
25 conselheira Marilei foi apresentada como suplente convocada, e o novo Diretor  
Executivo, Sr. Ricardo, que assumiu suas funções no início do mês, foi formalmente  
introduzido. Ricardo agradeceu pela confiança e reforçou seu compromisso em  
atender às demandas do Instituto, destacando a importância da colaboração da  
equipe e do conselho para superar os desafios administrativos e legislativos. Na  
30 sequência, foi aprovada a ata da reunião anterior, que foi assinada pelos presentes.  
O Diretor Executivo apresentou as exigências do Pro-gestão, enfatizando a  
necessidade de adequações na estrutura administrativa e na divisão de tarefas. Ele  
ressaltou a relevância desse programa para qualificar os investimentos e garantir a  
manutenção da certificação de boas práticas de gestão. Ricardo informou que a  
35 política de investimentos será apresentada ao Conselho até o mês de dezembro,  
após a aprovação pelo Comitê de Investimentos. Ficou acordado que será avaliada  
a possibilidade de realizar uma live com o consultor de investimentos, Ronaldo, para  
esclarecimentos adicionais. A presidente mencionou a possibilidade de realizar uma  
live com o atuário Luiz Claudio Kogut na reunião de dezembro, mas, devido ter foco  
40 no cálculo atuarial, concluiu-se que não seria necessária. Logo após, Luis Gustavo  
apresentou o portal Cadprev, ferramenta que centraliza informações sobre  
conselheiros, dirigentes e requisitos legais. Destacou os requisitos obrigatórios para  
o preenchimento de cargos, como formação superior, antecedentes criminais e a  
necessidade de atualização dos registros dos novos conselheiros conforme a  
45 legislação vigente. O sistema de registro dos requisitos para os cargos de gestores





## ICPREV INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

### ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2024

de recursos, dirigentes e conselheiros foi também demonstrado. Os requisitos obrigatórios foram revisados: ausência de condenações criminais transitadas em julgado; certificação profissional válida; experiência comprovada de, no mínimo, dois anos em áreas específicas (previdenciária, financeira, administrativa, contábil, jurídica, fiscalização, atuarial ou auditoria); e formação acadêmica em nível superior. Houve discussão sobre a dificuldade de comprovação da experiência profissional para o cargo de dirigente, especialmente para novos membros, e a necessidade de estabelecer critérios mais objetivos, como o uso de portarias ou cargos anteriormente exercidos. Também foi abordada a certificação obrigatória para conselheiros e dirigentes, com prazos específicos para sua obtenção. A possibilidade de unificar as provas de certificação para os Conselhos Administrativo e Fiscal foi discutida, visando maior eficiência e redução de custos. Foi decidido que seria necessário consultar outros municípios e entidades para identificar práticas normativas que pudessem ser adaptadas ao ICPREV. Luis Gustavo informou que o conselheiro Ricardo possui a certificação RPPS, obtida em 31 de março de 2022, com validade de quatro anos, ou seja, até 2026. Como a certificação válida até seu vencimento ela cumpre os critérios estabelecidos para o cargo. A comprovação da experiência profissional na área contábil e financeira, conforme as exigências legais, também foi discutida. Ricardo possui graduação em Ciências Contábeis e ocupa o cargo de contador do ICPREV há mais de dois anos, o que foi considerado suficiente para atender aos requisitos. Além disso, debateu-se a aceitação da experiência adquirida tanto em órgãos públicos quanto privados, desde que devidamente comprovada. Com a palavra, Daniel propôs a inclusão de um orçamento detalhado nas solicitações de cursos de capacitação, abrangendo valores relacionados à inscrição, viagem e demais despesas. Essa medida visa garantir maior transparência e facilitar a aprovação pelo Conselho. Também foi enfatizada a importância de organizar previamente as etapas de solicitação e deliberação sobre cursos, assegurando que todos os conselheiros tenham acesso às informações necessárias antes da aprovação. Logo após, Marilise destacou a importância da participação dos membros em eventos e congressos nacionais para certificação do instituto e ressaltou que, nos últimos dois anos, o Instituto não enviou representantes, perdendo oportunidades valiosas de aprendizado e troca de experiências para as atividades do Conselho. Foi mencionada a necessidade de planejar com antecedência a participação em eventos, especialmente no Congresso Nacional, considerado essencial. Propôs-se a elaboração de um cronograma anual de eventos no início do ano (janeiro/fevereiro), permitindo que conselheiros e suplentes se programem com mais antecedência. Ficou esclarecido que os custos relacionados à participação em eventos e cursos serão cobertos pela taxa de administração, sem envolvimento das contribuições dos segurados. Também foi discutida a inclusão de suplentes em cursos de certificação e eventos menores, como congressos regionais, para que estejam adequadamente preparados ao assumir funções no Conselho. Ressaltou-se a importância de que todos os membros, titulares e suplentes, busquem certificações que qualifiquem sua atuação. A conselheira Louise enfatizou a necessidade de manter uma comunicação clara e ética entre o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal, especialmente em decisões que impactam ambos os colegiados. Foi relatado que, em uma situação recente, houve falta de comunicação sobre uma viagem, resultando no não





### ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2024

aproveitamento das vagas existentes. Em referência a revisão da Instrução Normativa nº 01/2023 que regula a participação em cursos de capacitação, inclusão solicitada pelo Conselheiro Daniel, foi feita a leitura pela Conselheira Danielle a qual no final observou que, em mandatos anteriores, não houve o devido cumprimento no preenchimento de requerimentos para solicitação de participação em cursos e congressos, apesar de essa exigência estar prevista na Resolução. Foi decidido então pelo cumprimento das obrigações estabelecidas na Resolução 01/2023. O Diretor Ricardo sugeriu que os pedidos relacionados à certificação sejam tratados como questões administrativas, sem necessidade de aprovação prévia pelo Conselho, exceto nos casos de despesas significativas como congressos ou viagens com custos elevados devem ser aprovados em reunião, enquanto processos de menor impacto financeiro podem ser deliberados de forma condicionada ou por meio de consenso, ao que Danielle comentou que mesmo se tratando de despesas de baixo custo, devem ser previamente aprovadas pelo conselho de administração, por ser uma atribuição que cabe ao conselho. Foi estabelecido também a criação de um prazo mínimo para solicitação e análise de participação em cursos e eventos, com o objetivo de reduzir a necessidade de reuniões extraordinárias e facilitar o planejamento. Decidiu-se que decisões condicionadas devem ser registradas em atas de reuniões regulares, proporcionando flexibilidade para situações específicas, como mudanças em cronogramas ou condições externas, por exemplo, variações de mercado que impactem o comitê de investimentos. A Presidente solicitou que um ofício seja encaminhado ao Conselho Fiscal do ICPREV sobre os candidatos interessados em cursos e congressos, conforme os critérios da Resolução 01/2023. Além disso, discutiu-se a necessidade de planejamento antecipado para a participação em cursos de certificação, especialmente considerando que alguns eventos ocorrem periodicamente. Com a palavra Marilise repassou informações sobre o Congresso realizado em Aracaju/SE e também sobre o processo das que as certificações têm validade de quatro anos, sendo necessário cumprir os critérios de renovação por meio de créditos obtidos anualmente. Obtenção de no mínimo 30 créditos (horas) anuais, sendo no mínimo 10 créditos em eventos presenciais. Créditos podem ser obtidos em congressos, cursos, workshops, fóruns e palestras, desde que preencham o requisito mínimo de 8 horas por evento presencial. Créditos não são acumulativos entre os anos do período de certificação, o que exige acompanhamento contínuo por parte dos participantes. Foi levantada a dúvida pela Conselheira Danielle questionou sobre a necessidade de aprovação prévia pelo Conselho de Administração para a participação de servidores do instituto em cursos fora do município que gerem despesas institucionais. Após debate, concluiu-se que a participação de conselheiros e servidores deve ser previamente autorizada pela Diretoria Executiva e/ou Diretoria Administrativa e Financeira, conforme o artigo 2º Resolução 01/2023. A conselheira Marilise apresentou as seguintes observações sobre o processo de renovação da certificação: A certificação inicial tem validade de quatro anos a partir da inscrição, e para renovação é necessário cumprir os critérios anuais de créditos, sem possibilidade de compensação entre períodos. A participação em eventos presenciais é obrigatória, sendo insuficiente a participação exclusiva em modalidades remotas. Foi sugerido que as vagas disponíveis em cursos futuros sejam levantadas e compartilhadas entre os membros do conselho para um melhor planejamento. Os 20 créditos anuais obrigatórios podem ser obtidos





## ICPREV INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

### ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2024

30  
140 por meio de cursos presenciais, desde que relacionados a áreas como gestão previdenciária, administração, atuação atuarial, financeira, jurídica, TI, entre outras correlatas. Cursos de graduação, pós-graduação e extensão universitária, com disciplinas pertinentes, também podem ser contabilizados, desde que tenham carga horária mínima de 12 horas. Produções autorais, como artigos (10 créditos) ou livros  
145 (20 créditos), também são válidas. Em relação às regras de contabilização de créditos, cursos presenciais com no mínimo 8 horas, promovidos por entidades conveniadas, são aceitos. Congressos e eventos presenciais promovidos por instituições reconhecidas no âmbito de Fundos de Pensão e Previdência Social (FFPS) podem garantir até 16 créditos por participação. Cursos gratuitos não são  
150 contabilizados, a não ser que sejam promovidos por entidades conveniadas. Além disso, foi apresentada uma lista de entidades reconhecidas, como ANEPREM, APEPREV, IGAM, entre outras, para validação de cursos e eventos. Discutiu-se a necessidade de maior antecedência na organização de viagens e inscrições, com destaque para o Congresso RPPS 2025, que ocorrerá em Curitiba, de 10 a 12 de  
155 fevereiro. Decidiu-se que as vagas devem ser garantidas pelos titulares do Conselho, com a possibilidade de substituições em caso de imprevistos. A antecipação das inscrições foi destacada como uma estratégia para reduzir custos e garantir benefícios, como hospedagem gratuita para os primeiros inscritos. A criação de um cronograma de capacitações e eventos, a ser compartilhado com o Conselho Fiscal e demais interessados, foi definida como prioridade para o início do próximo  
160 ano. Foram mencionadas as dificuldades enfrentadas devido à volatilidade nos preços de passagens aéreas, especialmente nas cotações realizadas em horários diferentes no mesmo dia. Depois houve consenso sobre a necessidade de ajustar o prazo regulamentar para a elaboração das atas, atualmente estipulado em 48 horas.  
165 Com a palavra, Daniel, devido à carga de trabalho e outras obrigações, propôs a ampliação do prazo para cinco dias úteis, a fim de permitir maior tempo para revisão e correções. Ressaltou-se que a digitalização e o uso de ferramentas eletrônicas poderiam otimizar o processo, garantindo transparência e registro integral das discussões. Daniel também sugeriu o uso de assinaturas digitais para facilitar a  
170 tramitação e validação de documentos, incluindo atas e memorandos. Essa medida agilizaria o processo de aprovação e registro de alterações, reduzindo a necessidade de assinaturas físicas e contribuindo para a modernização dos procedimentos internos. O conselheiro Daniel também abordou a necessidade de maior clareza e acompanhamento sobre projetos atualmente sob análise do  
175 Executivo. Enfatizou-se a importância de manter o Conselho informado sobre alterações propostas, assegurando transparência e possibilitando contribuições pontuais. Mencionou-se também que, como membros mais recentes do Conselho, alguns participantes não estavam cientes das alterações propostas, como aquelas relacionadas ao Conselho e ao Jeton. A sugestão foi que, na reunião de janeiro, fosse realizada uma atualização sobre as alterações propostas, para que todos os  
180 membros possam discutir, concordar ou discordar de maneira informada. Foi levantada a questão do prazo de 20 dias para solicitação de participação em cursos e congressos. Alguns membros consideraram o prazo longo e sugeriram que fosse reduzido, desde que não houvesse complicações para a execução dos processos. A preocupação principal foi evitar que o prazo fosse atrelado às reuniões do Conselho,  
185 visto que estas podem ser alteradas, como ocorreu recentemente. Não se chegou a





**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2024**

um consenso sobre a redução, mas reconheceu-se que a flexibilidade é importante para lidar com imprevistos. Levou-se também em consideração a possibilidade de utilizar plataformas como o WhatsApp para discutir e deliberar sobre certas ações, com a recomendação de que isso não substituísse formalmente as reuniões, uma vez que há o risco de falta de registro adequado. A sugestão foi de que memorandos sejam usados para oficializar as decisões, com a inclusão de assinatura digital quando necessário, a fim de garantir mais segurança e formalidade. A Presidente Solange enfatizou a importância de discutir o modelo de contratação no Executivo, destacando a necessidade de preservar a estabilidade dos servidores efetivos e considerar a adoção do regime celetista para novas contratações. Ela manifestou preocupação quanto aos potenciais impactos dessa mudança na saúde financeira do Instituto, especialmente no que se refere à arrecadação e à sustentabilidade a longo prazo. O Diretor Ricardo abordou questões relacionadas à gestão e regulamentação de recursos, chamando atenção para o aumento projetado no aporte financeiro necessário para equilibrar o déficit do Instituto. Atualmente, o aporte é de aproximadamente R\$ 478 mil, mas projeções indicam que poderá superar R\$ 1 milhão nos próximos anos, caso medidas corretivas não sejam adotadas. Ele ressaltou a urgência de ajustes nas contas para prevenir complicações financeiras futuras e garantir a estabilidade do Instituto. A discussão também abordou os desafios previstos para 2024, com foco em reformas administrativas e previdenciárias. Houve consenso sobre a necessidade de antecipar ações para mitigar os impactos de longo prazo, principalmente em relação ao aumento dos aportes financeiros. Nesse contexto, foi sugerida a realização de um curso de capacitação em Canoinhas, com o objetivo de preparar gestores e vereadores para lidar de forma mais eficaz com as complexidades financeiras e as consequências das decisões relacionadas ao Instituto. O conselheiro Daniel destacou que as comissões da Câmara de Vereadores solicitaram uma reunião com o ICPREV no dia 25 de novembro para discutir o projeto de lei referente à amortização. A integração e a comunicação entre o Instituto e a Câmara foram tratadas como pontos cruciais. Como proposta, sugeriu-se a participação mais ativa do Instituto nas sessões legislativas, com o objetivo de esclarecer as questões financeiras e fortalecer o diálogo com a comunidade e os legisladores. Por fim, foram discutidos os cálculos atuariais realizados para prever o futuro financeiro do Instituto. Esses cálculos, que levam em conta fatores como a tabela de mortalidade e a entrada de novos aposentados, têm o propósito de antecipar as necessidades de financiamento nos próximos anos. Demonstrou-se confiança na gestão do novo governo, representado pela prefeita e pela vice-prefeita, acreditando-se que ambas atuarão como parceiras na busca por soluções para os desafios financeiros enfrentados pelo Instituto. Logo após, Cibele Neudorf Batista participou da reunião para tratar da organização do evento de homenagem aos aposentados do ano, planejado para o dia 27 de novembro. O convite foi estendido aos vereadores. A programação do evento inclui a entrega das homenagens seguida de um coffee break. Foi destacada uma preocupação com o baixo retorno das confirmações e a necessidade de ajustar a quantidade de alimentos, considerando que a compra para o coffee break foi realizada com base em uma estimativa inicial de 135 pessoas. Ressaltou-se a importância da presença dos vereadores na cerimônia, como forma de valorizar a ocasião e reconhecer o trabalho dos aposentados. Houve um convite





ICPREV  
INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA

45

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2024**

235

240

245

250

255

260

265

especial para os membros do conselho, reforçando o desejo de contar com ampla participação de autoridades e garantindo a boa organização do evento. Durante a discussão, foi ponderado sobre os critérios para a lista de convidados, incluindo a possibilidade de estender o convite a secretários e representantes de setores. No entanto, foram levantadas preocupações sobre o impacto de uma lista muito extensa, que poderia comprometer a organização e o objetivo principal da homenagem. A sugestão de limitar os convites aos aposentados e seus familiares foi considerada uma solução para evitar superlotação e manter o foco na celebração. Ainda durante o debate sobre a participação no Congresso, a PEC 66 foi mencionada pelas conselheiras Danielle e Marilise, sendo considerada uma proposta que provavelmente não avançará devido à sua inconstitucionalidade. Danielle destacou a problemática envolvendo celetistas e estatutários já julgada pelo STF, ressaltando a necessidade de alterar a legislação municipal para abordar especificamente a contratação de comissionados e trabalhadores sob o regime CLT. Foram feitas sugestões sobre como assegurar que todos os funcionários, independentemente do regime, sejam incluídos no Instituto de Previdência, evitando perdas financeiras significativas e promovendo maior sustentabilidade. Foi ainda mencionado que, em algumas localidades, como São Mateus do Sul, os conselhos realizam reuniões conjuntas, o que pode configurar irregularidade em razão da falta de independência administrativa. A conselheira Marilise trouxe à discussão a certificação dos conselheiros, enfatizando a importância de que esses profissionais possuam conhecimentos técnicos específicos como parte de um processo de aprimoramento contínuo. Danielle reforçou o impacto positivo da participação em cursos e congressos na qualificação dos conselheiros, além de discutir a possibilidade de elevação da taxa de administração vinculada à certificação. Ambas defenderam que a capacitação e o conhecimento técnico são indispensáveis para a boa gestão e transparência, sublinhando que é essencial que os conselheiros tenham vínculo direto com a área de atuação do instituto e não sejam indicados sem experiência ou preparo adequados. Ao término da reunião, a Presidente anunciou que o próximo encontro será realizado no dia 5 de dezembro, quando também acontecerá uma confraternização entre os conselheiros. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi oficialmente encerrada às 10h45min. Eu, Daniel Carvalho, redigi a presente ata, que será assinada por mim e pelos demais presentes após sua aprovação.

**MARINA NISHIMORI  
OLESCOWICZ**  
12/05/2025 07:52:24  
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-  
Brasil.  
Marina Nishimori Olescowicz  
Representante do Poder Executivo

**Assinado digitalmente por:  
MARILISE VIEIRA DE LIMA  
KRAUSS**  
Marilise Vieira de Lima Krauss  
Representante dos Segurados Inativos

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 09/05/2025 14:11 - 03:00 - 03  
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://ic.iprm.com.br/p33477c146e028>.





**ICPREV**  
**INSTITUTO CANOINHENSE DE PREVIDÊNCIA**

**ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2024**



**DANIELLE LUDKA**

13/05/2025 16:38:34

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Danielle Ludka  
Representante dos Segurados

Marili de Fátima Pereira Ecker  
Representante dos Segurados



Assinado digitalmente por  
**DIEGO RAFAEL ALVES**

09/05/2025 14:18:40

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Diego Rafael Alves  
Suplente do Poder Legislativo



**LOUISE CRISTINA DE SOUZA**

14/05/2025 09:05:08

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Louise Cristina de Souza  
Representante do SISPUC



Assinado digitalmente por:

**RICARDO SOUZA DE OLIVEIRA**  
12/05/2025 10:36:44

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Ricardo Souza de Oliveira  
Diretor Executivo do ICPREV



**MARILEI KURCESZKI KUMINECK**

09/05/2025 14:43:24

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Marilei Kurceszki Kumineck  
Representante dos Segurados



Assinado digitalmente por:

**DANIEL CARVALHO**  
09/05/2025 14:11:04

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Daniel Carvalho  
Secretário



**SOLANGE STELZNER**

09/05/2025 16:21:08

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Solange Stelzner  
Presidente



Assinado digitalmente por:

**MARILI DE FÁTIMA PEREIRA ECKER**  
13/05/2025 13:36:43

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Rua: Getúlio Vargas, nº 94 - Centro - Fone (47) 3623-4011

